

# AS MULHERES TRABALHADORAS EM SÃO PAULO: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais\*

Barbara Weinstein\*\*

## Resumo

A partir do estudo de políticas e ideologias específicas - desenvolvidas por empregadores, educadores e assistentes sociais, em São Paulo entre 1910 e 1950 - pretende-se recuperar o processo de construção da identidade "mulher trabalhadora" em oposição ao papel idealizador da "dona de casa", destacando que essas identidades foram constantemente reproduzidas e reforçadas por agentes humanos que contribuíram ativamente para a criação da imagem marginalizada da mulher que trabalha e na formulação dos papéis ideais atribuídos às mulheres.

No seu difundido livro *Gender and the Politics of History*<sup>1</sup>, Joan Scott se refere reiteradamente à construção do conceito "mulher trabalhadora" e das categorias "trabalho qualificado" e "não-qualificado". Talvez o mais discutível seja sua análise do célebre caso da Sears Department Stores, na qual absolve a empresa de toda e qualquer responsabilidade histórica em virtude da discriminação trabalhista contra as mulheres, pois a categoria "mulher trabalhadora", com suas limitações e incapacidades, já havia sido formulada muito antes da Sears começar a classificar seu pessoal segundo o sexo. A argumentação de Scott reflete claramente sua própria afinidade com as concepções pós-estruturalistas e foucaultianas de poder

---

\* Tradução de Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia, UNICAMP.

\*\* Professora Associada de História e ex-diretora dos *Estudios de la Mujer* na *State University of New York* em Stony Brook.

<sup>1</sup> SCOTT, Joan W.: *Gender and the Politics of History*. Nova Iorque, Columbia University Press. 1988

**cadernos pagu (4) 1995: pp. 143-171.**

e de hierarquia, conhecidas pela falta de ênfase na ação e na responsabilidade.

Sem dúvida, a categoria histórica diferenciada "mulher trabalhadora", com suas implicações específicas (não-qualificada, temporária, duplamente oprimida, mas inconsciente disso), é suficientemente onipresente para ter a aparência de "natural" - "naturalidade" que constitui o objetivo de toda construção social. Contudo, ao contrário de Scott, prefiro destacar o processo mediante o qual essas identidades são constantemente reproduzidas e reforçadas por agentes humanos que promovem políticas e ideologias específicas com relação às diferenças sociais entre os sexos. No caso de São Paulo, entre as décadas de 1910 e 1950, se pode observar uma diminuição de papéis trabalhistas aceitáveis com relação às mulheres, ativamente promovida por representantes de diversos grupos, a tal ponto que só permanece legítimo o papel de "dona de casa". Ainda que os empregadores, dirigentes sindicais, educadores e assistentes sociais, não sejam aqueles que inventaram a categoria "mulher trabalhadora", é evidente que contribuíram ativamente para a criação de duas imagens antagônicas da mulher: a imagem marginalizada da mulher que trabalha por dinheiro e a idealização da dona de casa. Os industriais e particularmente os educadores desempenharam um papel ativo na formulação dos programas e regulamentações que serviram para estabelecer definitivamente os papéis adequados à mulher.

É bastante conhecida a posição que as mulheres ocupavam na força de trabalho industrial de São Paulo durante as primeiras décadas da industrialização (de 1890 a 1920). A indústria têxtil, sem dúvida o maior ramo da manufatura e o que mais se aproximava da noção de "indústria moderna", empregava grande quantidade de mulheres<sup>2</sup>. Um estudo de trinta e uma

---

<sup>2</sup> Sobre o papel da mulher na força de trabalho industrial do Brasil, em sua época temporã: MOURA, Esmeralda Blanco B. de (1982): *Mulheres e menores no trabalho industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis, Vozes; PENA, Maria Valeria (1981): *Mulheres e*

fições, realizado em 1912 e abarcando um total de nove mil e quinhentos operários, revela que perto de 72% do pessoal era feminino. Aqui, evito deliberadamente a palavra "mulher", já que somente um quarto desse pessoal era maior de 22 anos.<sup>3</sup> Em outras palavras, o papel das mulheres adultas na força de trabalho industrial era muito menor do que se poderia acreditar à primeira vista. Além do mais, é possível supor que pelo menos uma parte das mulheres maiores de 22 anos eram solteiras ou viúvas e sem família para sustentar. Assim, a clássica imagem da mulher, fazendo malabarismos entre as exigências econômicas e as tarefas domésticas, poderia ser aplicada a uma porção relativamente pequena dessa força de trabalho. Ao mesmo tempo, era geralmente reconhecido que uma quantidade substancial de mulheres circulava entre o trabalho do lar e o trabalho remunerado; é provável que fosse muito pequeno o número de mulheres adultas da "classe operária" que nunca trabalharam.

Os debates da época sobre as mulheres e o trabalho em São Paulo (em sua grande maioria realizados por homens) exibiam a mesma ambivalência encontrada em outros contextos culturais. Como mostra Susan Besse no seu estudo<sup>4</sup> sobre as concepções variáveis dos sexos no desenvolvimento industrial de São Paulo, existia uma crescente consciência de que as mulheres, inclusive as casadas dentro da classe média, necessitavam trabalhar fora do lar. No interior da classe operária, isso talvez se devesse aos baixos salários dos homens, às freqüentes demissões e suspensões, às doenças ou acidentes, enquanto as mulheres dos ambientes mais "elegantes" talvez pudessem ser motivadas pela necessidade de manter certo estilo de vida diante da inflação e

---

*trabalhadoras. Presença feminina na constituição fabril.* Rio de Janeiro, Paz e Terra; WOLFE, Joel (1990). "The Rise of Brazil's Industrial Working Class: Community, Work, and Politics in São Paulo, 1900-1955". Tese de doutorado, University of Wisconsin-Madison.

<sup>3</sup> Cf. WOLFE, J. (1990): *Op. cit.*, p. 12.

<sup>4</sup> BESSE, Susan K. (1983): "Freedom and Bondage: The Impact of Capitalism on Women in São Paulo, Brazil, 1917-1937". Tese de doutorado, Yale University.

das exigências financeiras da vida urbana. O emprego fora de casa era constantemente descrito como uma necessidade lastimável, mas inevitável (inclusive nas revistas e associações femininas). Nesse sentido, estava em questão o tipo de trabalho considerado adequado ou aceitável com relação às mulheres.

Talvez com a única exceção das prostitutas, a figura feminina mais estigmatizada ou problematizada no setor trabalhista era a operária industrial. As manufaturas têxteis empregavam de bom grado uma grande quantidade de mulheres e crianças, com salários muito mais baixos do que os recebidos pelos operários adultos; ao mesmo tempo, os políticos, educadores, jornalistas e dirigentes sindicais reformistas (homens), protestavam contra essa prática e reclamavam o fim do emprego industrial de mulheres, já que estas não só abandonavam seus filhos e lares, mas constituíam uma força de trabalho não-qualificada, indiferente à organização social e moralmente comprometida<sup>5</sup>.

Na minha própria investigação, interessa-me particularmente a questão da sua preparação profissional. Antes de tudo, é preciso destacar que a categoria "qualificação profissional" também é uma construção. Como assinala Joel Wolfe no seu estudo da indústria têxtil paulista, nas fábricas têxteis, as mulheres que dominavam a seção de fiação (e, em alguns casos, também a de tecelagem) eram freqüentemente especialistas em máquinas antiquadas e desgastadas; esta "especialização" acabava sendo especialmente conveniente ao empregador<sup>6</sup>. Todavia, o conceito de qualificação dominante no âmbito da educação industrial desprezava esse conhecimento "empírico" e defendia um conhecimento técnico "sistemático". Desde então, o enfoque empírico era criticado tanto em relação aos operários quanto às operárias, mas considerava-se as

---

<sup>5</sup> Sobre a operária enquanto "problema social", nesse período: RAGO, Margareth (1985): *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

<sup>6</sup> WOLFE, J. (1990): *Op. cit.*, pp. 17-18.

profissões masculinas como as mais suscetíveis de treinamento sistemático e teórico. Quanto à maneira pela qual se adquiria este treinamento, na maior parte dos casos tratava-se de uma aprendizagem tradicional e menos formalizada, na qual trabalhadores mais velhos ensinavam os mais novos. Isso significava que as mulheres tinham poucas oportunidades de adquirir tais conhecimentos, já que os operários qualificados, homens em sua grande maioria, tendiam a não aceitá-las como aprendizes. Contudo, algumas mulheres, mediante um considerável esforço, adquiriram certas técnicas, como por exemplo, de tecelagem, observando outros trabalhadores, talvez seus pais ou irmãos. Desse modo, o sistema tendia a excluir as mulheres, mas não de maneira absoluta<sup>7</sup>.

A primeira tentativa considerável de sistematização da educação vocacional, em São Paulo, teve início em 1911 com a fundação das "escolas profissionais" estatais. É interessante assinalar que, desde o início, o Estado criou uma Escola Masculina (EM) e uma Escola Feminina (EF), reconhecendo a rápida entrada das mulheres na força de trabalho e outorgando-lhes certa legitimidade. Porém, é igualmente importante destacar as muitas e diferentes trajetórias das duas escolas, já que a EM seguiu uma proposta mais industrial, enquanto a EF evitou toda conotação de educação industrial. Por essa razão, a EM tinha inclusive oficinas de fiação e tecelagem, ainda que operassem esporadicamente devido à limitada demanda por parte dos estudantes homens, que preferiam os ofícios metalúrgicos e mecânicos, melhor remunerados<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Sobre as mulheres que excepcionalmente alcançaram postos qualificados dentro da indústria: VECCIA, Theresa R. (1989). "Women, work and Family Life: São Paulo Textile Workers, 1900-1950.". Manuscrito não-publicado.

<sup>8</sup> Cf. ESCOLA PROFISSIONAL MASCULINA (1914): *Relatório dos Trabalhos*. São Paulo, p. 12; MORAES, Carmen S. Vidigal (1990): *A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo, 1873-1934*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

Grandes esforços foram empreendidos para outorgar à EF um ar de elegância e respeitabilidade pequeno-burguesas. A escola se instalou em uma antiga residência e não em um edifício escolar (embora a estrutura estivesse de tal modo comprometida que, nos anos vinte, consideraram-na como um fator determinante dos surtos de tuberculose entre os estudantes e funcionários). Seu pessoal, quase inteiramente feminino (exceto um professor de desenho e o diretor), era formado por graduados da escola normal provenientes de "bons ambientes", que gostavam de ser comparados vantajosamente com os instrutores operários empregados na EM. Segundo o diretor, o pessoal docente era "composto por senhoras da nossa melhor sociedade, de elevada cultura e caráter, que trazem à escola bons hábitos domésticos, maneiras requintadas combinadas com capacidade técnica, adquiridas e praticadas como complemento à instrução propriamente dita". O programa inicial incluía desenho, corte e confecção, costura, bordado e fabricação de presilhas, flores e chapéus, além de economia doméstica (principalmente culinária). Estas são, pois, tarefas em grande medida não-industriais. Entretanto, vale a pena destacar que as estudantes parecem ter se interessado exclusivamente por ofícios rentáveis: ninguém se inscreveu no curso de economia doméstica, motivo pelo qual foi cancelado, retornando como obrigatório em 1912 e sendo novamente cancelado em 1914, devido à falta de interesse, queixas e ao problema criado pelas mãos untadas com graxa<sup>9</sup>.

Temos muito poucos dados sobre que tipo de mulheres freqüentavam a EF. Sabemos que, nas décadas de 1910 e 1920, a EF teve mais aspirantes do que vagas; ao contrário da EM, que, por sua vez, não teve dificuldade em encontrar candidatos que cumprissem os pré-requisitos educacionais necessários para a admissão em uma escola secundária. Em vista desse fato, parece provável que a EM atraísse exclusivamente os estudantes da classe operária, enquanto a EF atrairia também as jovens da classe média baixa. No começo dos anos vinte, o governador de

---

<sup>9</sup> Cf. ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA (1922): *Relatório dos Trabalhos*. São Paulo, p. 11.

São Paulo propôs duplicar o tamanho da EF para dar às mulheres outras opções de emprego fora da escola primária, atitude que não teria sentido se as alunas fossem estritamente proletárias, já que muito poucas mulheres da classe operária dessa época chegavam a ser professoras. Além do mais, consta que o diretor se queixava quase sempre das "diletantes" que freqüentavam a escola para assistir ao curso de arte com um professor bem apessoado e carismático. É improvável que as jovens dos ambientes privilegiados tivessem invadido o edifício da escola se não estivesse bem claro que as alunas regulares eram "respeitáveis" (e predominantemente brancas)<sup>10</sup>.

O senhor que dirigiu tanto a EM quanto a EF durante suas duas primeiras décadas, Aprigio Gonzaga, procurou vigorosamente outorgar à EF uma identidade vocacional, mas não-industrial. Ferrenho partidário da qualificação dos operários homens, censurava a presença das mulheres nas fábricas, denunciando o emprego de mulheres e crianças como a principal explicação do baixo nível dos salários. Tratando ambos como categorias idênticas, exigia "a eliminação das crianças e mulheres do trabalho fabril", a qual "redundaria em benefício à raça, à sociedade e à nação"<sup>11</sup>. Ao mesmo tempo, Gonzaga sustentava que havia ofícios adequados às mulheres, especialmente nas pequenas lojas e oficinas de costura, lutando contra as intenções dos funcionários governamentais e educadores não-vocacionais interessados em expandir a área de economia doméstica dentro da EF. Em 1920, expressou sua contrariedade pela designação de uma professora de economia doméstica para a EF sem que tivesse sido consultado previamente (embora, novamente, o

---

<sup>10</sup> Cf. ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA (1922): op. cit., p.11; Campos, Carlos de (Presidente do Estado de São Paulo) (1925). *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 14/07/1925, pp. 18-23.

<sup>11</sup> Cf. ESCOLA PROFISSIONAL MASCULINA (1920): *Relatório dos Trabalhos*. São Paulo, p. 6.

curso de culinária não tenha decolado e a professora tenha renunciado em 1924)<sup>12</sup>.

Gonzaga se encontrava sob o fogo de diversos setores, devido a sua reiterada defesa da educação vocacional da mulher. No começo dos anos vinte, publicou um panfleto intitulado "Objetivos da educação vocacional das mulheres", no qual pretendia demonstrar que era possível conciliar a defesa do trabalho fora de casa com o apoio à família tradicional (em suas palavras, o ensaio demonstrava que este tipo de trabalho não era "contra a família"). Adotando uma postura cada vez mais difundida, Gonzaga atribuía à necessidade econômica o fato de algumas mulheres trabalharem fora dos seus lares, argumentando também que a educação vocacional poderia torná-las donas de casa mais eficientes. "Uma mulher educada dessa maneira não será uma mera decoração ou peso morto na economia do seu lar, mas uma valente e muito nobre colaboradora."<sup>13</sup> Para obter apoio à idéia de instrução vocacional (não-industrial) da mulher, Gonzaga rendeu-se à incorporação do curso sobre economia doméstica no seu programa.

Nem a resistência das alunas nem as críticas de Gonzaga serviram para desanimar a crescente campanha favorável ao reforço da área doméstica nas escolas vocacionais de mulheres. Em 1935, uma importante reforma educacional em São Paulo tornou ainda mais rígida a separação entre a instrução feminina e a masculina. O novo código excluía especificamente as mulheres dos cursos industriais; nas instituições co-educacionais, os cursos para mulheres e homens deveriam ser separados (com exceção dos cursos de secretariado, um setor que no Brasil tende a ser mais misto que em outros países). Os cursos para mulheres incluíam artes domésticas, bordado, manufatura de flores, chapéus, luvas e outros artesanatos do mesmo tipo. As artes

---

<sup>12</sup> Cf. ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA (1922), *Op. cit.*, p. 11.

<sup>13</sup> MORAES, C. S. V. (1990): *Op. cit.*



domésticas, agora obrigatórias, incluíam higiene e nutrição, puericultura (para reduzir a "terrível taxa de mortalidade infantil"), economia doméstica (culinária, faxina, asseio) e *contabilidade doméstica*<sup>14</sup>. Tanto alunos quanto alunas estavam autorizados a vender ao público os objetos fabricados no curso. No caso dos rapazes, a metade dos ganhos ia para a escola e a outra metade para si mesmos. Já no caso das moças, a segunda metade ia para um *pecúlio*, um fundo que lhes seria entregue quando se graduassem, para ser usado na construção de um novo lar ou na abertura de um pequeno negócio. Em resumo, a preparação das mulheres para a vida doméstica se convertera, para os educadores vocacionais (creio que não para as estudantes), em um objetivo tão decisivo quanto a instrução para um emprego específico.

\* \* \*

Muitos dos educadores e tecnocratas (homens), que se ocuparam com a formulação da política de educação vocacional em São Paulo (desde então o principal centro industrial do Brasil), desempenharam também um papel destacado nos debates sobre a educação trabalhista no nível nacional durante a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945)<sup>15</sup>. Os documentos emitidos nesse campo muito debatido demonstram que operário industrial qualificado era identificado de forma habitual e sem exceções como homem. Não que se ignorasse totalmente a mulher; na medida em que os educadores e técnicos prestavam mais atenção à educação vocacional como meio de socializar os operários e incluí-los em um projeto de desenvolvimento nacional,

---

<sup>14</sup> SILVEIRA, Horacio da (1935). *O ensino técnico-profissional e doméstico em São Paulo*. São Paulo, Imprensa do Estado.

<sup>15</sup> Com relação aos esforços realizados no regime de Vargas para se criar um sistema de ensino vocacional em nível nacional, cf.: WEINSTEIN, Barbara (1990). "The Industrialist, the State, and the Issues of Worker Training and Social Services in Brazil, 1930-1950" *IN Hispanic American Historical Review* 70, nº 3, pp. 379-404.

começaram a considerar a crescente necessidade de que as mulheres se especializassem enquanto donas de casa e mães. Um informe de 1934, emitido por um grupo avançado de educadores vocacionais, é um exemplo típico dessa tendência; tal informe exigia uma educação doméstica obrigatória para as mulheres em todas as escolas vocacionais, "porque a vida profissional de uma mulher deve ser considerada como uma fase meramente de transição: o destino já lhe reservou (...) o papel de esposa, mãe e dona de casa."<sup>16</sup>. Desse modo, não só se marginalizava cada vez mais a mulher trabalhadora, pois sua educação além de certo limite era considerada um desperdício, mas também o papel de "dona de casa" era visto como uma tarefa que necessitava de tutela e instrução racional, não mais como um produto natural da experiência feminina, pelo menos se a mulher pertencesse à classe operária.

Um dos documentos mais influentes emitidos pelo Ministério da Educação na década de 30 foi o informe de 1938 sobre "Educação profissional [vocacional, B.W.] na Alemanha", redigido por Rodolfo Fuchs, aliado íntimo de Gustavo Canpanema, o poderoso ministro da educação de Vargas. Fuchs considerava o sistema nazista de instrução vocacional dentro das fábricas um modelo perfeito para o Brasil. Louvava especialmente a estrita separação entre os sexos na educação vocacional alemã, tanto nos cursos quanto entre o pessoal docente, o qual produzia "mulheres femininas e homens de verdade". Notava que São Paulo era a única cidade na qual os cursos para homens eram ministrados somente por homens, uma exceção positiva que ele explicava qualificando São Paulo de "a Prússia do Brasil". Também citava, com aprovação, o requisito segundo o qual as moças alemãs que não estivessem freqüentando uma escola secundária deveriam estudar em uma

---

<sup>16</sup> Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1928): *Organização Geral do Ensino Profissional*. Rio de Janeiro, CPDOC, GC/g, 34.11.28.

"escola de artes domésticas" e passar seis meses a serviço de uma "dona de casa experiente", mesmo que planejassem trabalhar na indústria<sup>17</sup>.

No começo da década de 40, as negociações entre educadores, representantes do Ministério do Trabalho e industriais, produziram um sistema altamente inovador de instrução vocacional no Brasil, conhecido como SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)<sup>18</sup>. Controlado e mantido pelas associações industriais, esse serviço tinha uma orientação altamente pragmática, procurando modelar a educação vocacional de acordo com as necessidades de setores industriais específicos. Devido a esse fato, o SENAI, ao contrário de muitas escolas vocacionais, não excluía completamente as mulheres da instrução industrial. Cursos breves (de dois meses), destinados a produzir operários têxteis "semi-qualificados", eram totalmente integrados por mulheres jovens; outros, como o curso sobre fabricação de papel, também considerado semi-qualificado, incluíam as mulheres (ou melhor, as moças, já que a maior parte dos cursos se destinava a "aprendizes"). Uma visitante do Departamento Norte-americano de Estatística Trabalhista, Mary Cannon, assinalou que "o programa estava orientado fundamentalmente para os jovens, ainda que teoricamente houvesse lugar também para as jovens"<sup>19</sup>. Essas oportunidades continuaram sendo teóricas em sua grande parte, apesar do crescente emprego de mulheres durante o *boom* industrial na época da guerra; em alguns casos, chegou-se a formalizar sua exclusão: os cursos do SENAI para supervisores em fábricas têxteis (papel ao qual as mulheres, em algumas seções

---

<sup>17</sup> FUCHS, Rodolfo (1938). "*O ensino profissional na Alemanha (Berlim, 1938)*". FGV, CPDOC, GC/g 35.11.28, Doc. 1-10.

<sup>18</sup> Sobre a fundação do SENAI, Cf.: WEINSTEIN, B.: *Op. cit.*, pp. 393-394.

<sup>19</sup> WOLFE, J. (1990): *Op. cit.*, p. 214.

completamente femininas, poderiam aspirar realisticamente) estavam oficialmente limitados aos rapazes<sup>20</sup>.

Os industriais e tecnocratas que fundaram o SENAI também estavam interessados em assegurar a socialização adequada das escassas jovens inscritas nos seus cursos. A escola do SENAI em Campinas, São Paulo, anunciava orgulhosamente a redução dos cursos de matemática e de português para suas alunas, sendo ministrado, em seu lugar, um curso sobre economia doméstica. Mais ainda, o informe se vangloriava de que as jovens preparavam regularmente as refeições para todo o corpo estudantil. O SENAI não poderia ser acusado de ignorar a "verdadeira" vocação doméstica da mulher<sup>21</sup>.

Ainda que o SENAI reconhecesse as mulheres como uma presença importante no meio industrial (as jovens constituíam muito mais do que a metade dos operários menores de 18 anos), reforçava, ao mesmo tempo, o papel "natural" da mulher enquanto trabalhador semi-qualificado e temporário, tornando mais rígida a divisão entre "qualificado" e "semi-qualificado". As mulheres jovens estavam naturalmente aptas para controlar o trabalho das máquinas; mais ainda, seu futuro papel como esposas e mães, ou meras "complementadoras" dos ganhos masculinos, convertia sua instrução vocacional completa em uma imprudência econômica. Em um artigo sobre "fadiga industrial", o intelectual e industrial A.C. Pacheco e Silva foi excepcionalmente "ingênuo" com relação ao papel adequado à mulher na indústria. Sustentando que demasiada instrução poderia criar descontentamento entre os operários destinados às monótonas tarefas típicas da indústria moderna, sugeria que as mulheres fossem chamadas para o trabalho de "controle de máquinas", já que essa monotonia as afetava menos: afinal de contas, "vejam como são capazes de tecer durante horas sem

---

<sup>20</sup> Informativo-SENAI (1951), VI, nº 60, São Paulo, janeiro, p. 2.

<sup>21</sup> SENAI-São Paulo (1945). *Relatório pelo ano 1945.*, p. 29.

sentir a menor fadiga."<sup>22</sup>. Em outras palavras, as tarefas domésticas, por serem repetitivas, preparavam as mulheres para o papel de operário semi-especializado (e vice-versa). Havia um lugar para a mulher na indústria brasileira, mas poucas mulheres da classe operária prefeririam um cargo permanente como trabalhadora semi-qualificada ao papel de dona de casa especializada.

\* \* \*

As mulheres da classe operária eram afetadas só tangencialmente pelas atividades do SENAI; por outro lado, tornaram-se objeto central de atenção para um outro serviço mais elaborado, estabelecido pelos industriais durante o mesmo período. Criado por um decreto governamental em 1946, o Serviço Social Industrial, SESI, foi também mantido e operado por associações industriais. Contudo, o SESI tinha uma missão muito mais ampla que a do SENAI. Respondendo à onda de greves industriais do pós-guerra, os dirigentes industriais fundaram o SESI como uma maneira de prover uma ampla série de serviços sociais aos operários da indústria e suas famílias. O SESI tinha também muito em comum com o SENAI: as atividades dos dois estavam imbuídas de uma ideologia de racionalização baseada nas inovações de Taylor, Ford e da psicologia industrial. O SESI não era uma organização filantrópica, mas um veículo para melhorar o nível de vida e o nível higiênico e cultural dos operários, mediante formas racionais de assistência, assessoria, recreação e instrução<sup>23</sup>.

As mensagens do SESI sobre moralidade e higiene eram dirigidas abstratamente a homens e mulheres, tanto no trabalho quanto no lar. Todavia, os funcionários do SESI, em São Paulo, tenderam cada vez mais a vincular a respeitabilidade cultural e as

---

<sup>22</sup> PACHECO E SILVA, A. C. (1946): "A fadiga industrial.", *IN Boletim SENAI II*, nº 16, novembro, pp. 11-13.

<sup>23</sup> Sobre a fundação do SESI: WEINSTEIN, B.: *Op. cit.*, pp. 397-398.

práticas sanitárias aos papéis de esposa e mãe de classe operária, ignorando virtualmente o papel de mulher trabalhadora. Com efeito, desde o início, o SESI dirigira parte da sua atenção à mulher; os cursos de costura estavam entre os seus primeiros e mais populares programas de instrução. Os assistentes sociais do SESI também aproveitavam todas as oportunidades para visitar lares operários, supervisionar suas condições e dar conselhos para a melhoria da esfera doméstica. Por exemplo, quando um trabalhador procurava os serviços médicos do SESI, mas não podia pagar os seus modestos custos, um assistente social visitava sua casa para determinar se os problemas financeiros decorriam da má administração do lar. Ou, como bem revelou o presidente do SESI, Antônio Devisate, o assistente social investigaria "se as esposas dos operários não poderiam fazer melhor uso dos ganhos dos seus maridos."<sup>24</sup> Quase sempre, após esse contato inicial ou depois de um encontro no centro social do SESI, o assistente social tratava de organizar um grupo de mulheres do bairro, em cujas reuniões falava-se de problemas pessoais e econômicos; o representante do SESI encaminhava amavelmente o curso da conversa rumo à sugestão de soluções para os dilemas domésticos. Um assistente social do SESI descreveu tais reuniões como um incentivo para que as mulheres da classe operária limpassem e decorassem suas casas, "pois esse não é o estado habitual de seus lares..."<sup>25</sup>. Simultaneamente, a subdivisão do SESI para assistência à família começou a oferecer cursos de puericultura, economia doméstica e culinária.

Até o início da década de 1950, o SESI-São Paulo decidira concentrar esses diversos cursos para mulheres da classe operária em *Centros de Aprendizado Doméstico* (CAD); até 1954, existiam vinte e cinco centros em todo o Estado, sete na

---

<sup>24</sup> Transcrição de entrevistas com Antônio Devisate, presidente da FIESP, São Paulo, 12/04/56; e com Maria José Serra, assistente social do SESI, São Paulo, 16/04/56. Robert Alexander Archive, Rutgers University, New Brunswick, New Jersey.

<sup>25</sup> *Educador Social* (São Paulo), março de 1953, p. 4; entrevista com Hugo Guimarães Malheiros, chefe do Serviço Social do SESI, 13/04/56. Robert Alexander Archive, Rutgers University.

capital e o restante nos subúrbios e no interior. Os centros ofereciam regularmente três cursos de culinária, em diferente níveis, bem como cursos de puericultura, administração do lar, higiene doméstica e preparação para o casamento. Os cursos de costura, antes proferidos somente nas fábricas ou sindicatos, funcionavam agora em muitos desses centros. Além disso, para completar suas atividades, o SESI começou a publicar duas revistas mensais, *Dona de Casa* (DC), de curta vida, e *SESI-Higiene* (S-H), que apareceu durante um período maior<sup>26</sup>.

Os centros ofereciam instrução às mulheres de todas as idades; os cursos de *mãezinhas* eram destinados às garotas entre nove e catorze anos, os de preparação para o casamento, às mulheres jovens; todos os demais estavam abertos para maiores de dezesseis anos. Os centros alcançavam também as famílias dos seus alunos; por exemplo, muitos pais de *mãezinhas* assistiam às reuniões mensais com o pessoal do centro, onde se informavam sobre o progresso das suas filhas e conversavam sobre assuntos domésticos. As estudantes, especialmente as do curso de culinária, organizavam freqüentemente festas e concursos com a participação de amigos e familiares; os atos de entrega de certificados eram ocasiões para grandes celebrações. As mulheres associadas aos centros também participavam de maneira destacada em outras atividades do SESI, como os desfiles do Dia do Trabalho e o Baile da Primavera. Uma vez completados os cursos, as ex-alunas poderiam manter contatos sociais através da "Associação de Ex-Alunas", existente em cada um dos centros.

Novamente, todos esses cursos trabalhavam com a hipótese segundo a qual a mulher da classe operária era, acima de tudo, esposa e mãe ou futura esposa e mãe. Ela poderia trabalhar antes de se casar, ou trabalhar fora de casa sem cessar, depois de casada, para aliviar a situação financeira, mas sua

---

<sup>26</sup> Devido à superposição de grande parte dos seus materiais, o SESI decidiu fundir, em 1955, as duas revistas sob o nome de *SESI-Higiene*.

principal contribuição pecuniária ao lar continuava sendo a organização racional de uma atmosfera sadia e de filhos bem criados, papel pressuposto de toda mulher. Como afirmava a primeira edição de *Dona de Casa*, referindo-se ao seu próprio nome, "aqui vocês encontram, em apenas três palavras, o sonho dourado de quase todas as mulheres jovens.". Mais ainda, os editores de *Dona de Casa* aparentemente consideravam que o papel de dona de casa era biologicamente determinado. Em um artigo posterior, a revista respondia à pergunta "O sexo masculino é superior ao feminino ?", afirmando que não se tratava de uma questão de superioridade ou inferioridade, mas de diferença baseada em uma atividade hormonal distinta. "Como resultado, as mulheres são capazes de ver os pequenos detalhes, enquanto os homens só vêem o quadro geral.". Continuando com essa ênfase nas esferas diferenciadas, a revista concluía: "apesar do homem obter seus êxitos no trabalho (...), a mulher possui a compensação de criar filhos sadios..."<sup>27</sup>.

Com vários graus de sutileza, os cursos sobre economia doméstica ensinavam às suas estudantes que as donas de casa, apesar de não ganharem dinheiro, eram responsáveis em grande medida pelo nível e qualidade de vida dos lares. Desse modo, *Dona de Casa* estimulava suas leitoras a iniciar "através de todos os meios possíveis, uma campanha contra a má nutrição e a negligência nos lares brasileiros.". Um informe sobre um concurso de culinária entre estudantes dos CAD, em Santo André e São Caetano, assegurava aos leitores do *SESI-Jornal* (S-J) que "se todas as futuras donas de casa adquirissem conhecimentos de arte culinária, nutrição e dieta, como os que se aprendem nos centros de instrução doméstica, provavelmente não existiriam mais problemas derivados da deficiência nutricional."<sup>28</sup>. Nesse mesmo concurso, o presidente do SESI,

---

<sup>27</sup> *Dona de Casa*, agosto 1951, p. 4.

<sup>28</sup> *SESI-Jornal*, 12/12/1955.



Antônio Devisate<sup>29</sup>, informava à sua audiência que "a ignorância" das tarefas domésticas entre as mulheres da classe operária era uma das principais causas dos desentendimentos conjugais; e também que 90% dos casos de separação atendidos pelo Serviço de Assistência Legal do SESI tinham suas raízes na incompetência doméstica das esposas<sup>30</sup>. Dessa maneira, a dona de casa competente não só poderia proporcionar à sua família um lar confortável e uma dieta balanceada, mas também salvar seu casamento (para ressaltar esse ponto, Anita Devisate, a "primeira dama" do SESI, gostava de entregar, nos eventos especiais, prêmios tais como liquidificadores, pratos, afiadores de facas, etc.).

Grande parte da assessoria sobre culinária e tarefas domésticas ministrada nos cursos do SESI consistia em informações rotineiras, as quais poderiam ser extraídas dos cursos sobre economia doméstica oferecidos pelas escolas vocacionais de São Paulo desde o início do século. Entretanto, o SESI incluía em seus cursos, suas próprias preocupações, enfatizando a racionalização do trabalho doméstico e a adesão a um código de conduta moral adequada. Em uma das primeiras edições, *Dona de Casa* perguntava aos seus leitores: "Você sabia que nosso organismo é semelhante a uma máquina?". Também informava às donas de casa atuais e futuras que "cada período de vinte e quatro horas deveria ser dividido em três períodos de oito, para melhor aproveitamento"<sup>31</sup>. Contrastando com a literatura sobre economia doméstica nas sociedades mais prósperas, as publicações do SESI não enfatizavam a maquinaria doméstica moderna, já que a mesma estava fora do alcance

---

<sup>29</sup> O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) convertia-se automaticamente em presidente do SESI.

<sup>30</sup> *SESI-Jornal*, 12/12/1955.

<sup>31</sup> *Dona de Casa*, março 1950, p. 4; abril 1950, p.4; *SESI-Higiene*, janeiro 1956, p.16.

financeiro do seu público. Exatamente por isso era necessário organizar e dirigir com muito cuidado o lar operário no Brasil<sup>32</sup>.

Os cursos e as publicações do SESI aconselhavam também as jovens para que fossem "modestas, simples e doces", assinalando que os homens saíam às vezes com mulheres extrovertidas, muito maquiadas e apreciadoras de namoricos, mas, para se casarem, procuravam mulheres recatadas. "Dona Nicota", a colunista conselheira de *Dona de Casa*, advertia as jovens contra toda forma de atividade sexual pré-conjugal, conclamando-as a pensar menos em amor e casamento e mais nas tarefas domésticas<sup>33</sup>.

O tema de uma moral adequada ressurgia de maneira ainda mais enfática quando se tratava dos assuntos de saúde, tanto em *Dona de Casa* quanto em *SESI-Higiene*. Esta última, publicada pelo Serviço de Higiene e Segurança Industrial do SESI, era claramente destinada às mulheres, já que a maior parte dos seus artigos tratavam de assuntos conjugais, domésticos e de puericultura. O tema dos acidentes industriais aparecia em raras ocasiões, geralmente relacionado a alguma prática doméstica que contribuía para sua ocorrência. Igualmente, como grande parte da literatura da organização, *SESI-Higiene* declarava que a boa saúde decorria de conhecimentos de higiene e de moral adequados, consideradas as duas faces da mesma e apreciada moeda.

A estreita associação entre higiene e moralidade pode ser claramente ilustrada através da grande atenção dirigida pelo SESI ao problema da sífilis. Desde sua criação, a organização desviou uma considerável porção dos seus recursos para realizar exames médicos e detectar tal enfermidade em centenas de milhares de operários industriais. A campanha pode ter sido

---

<sup>32</sup> Para uma análise de enfoque similar da economia doméstica entre mulheres operárias: NOLAN, Mary (1990): " 'Housework Made Easy': The Taylorization of Housework in Weimar Germany", IN *Feminist Studies* 16, nº 3 (Fall), pp. 549-77.

<sup>33</sup> *Dona de Casa*, maio 1950, p. 4; julho 1950, p. 4.

inspirada no fundador do SESI, Roberto Simonsen, o qual sustentava, baseando-se em uma investigação supostamente científica que ele mesmo financiara na década de 1920, que 45% dos operários nascidos no Brasil padeciam de sífilis. Os resultados dos exames maciços, realizados no fim da década de 49 e início da de 50, revelaram uma proporção muito menor - 3,5% - entre os operários industriais, inferior inclusive a muitas nações industriais avançadas<sup>34</sup>. Apesar dessa alentadora descoberta, o SESI continuaria considerando a sífilis como a maior ameaça à saúde das classes trabalhadoras brasileiras e uma preocupação fundamental para as mulheres da classe operária. De fato, as publicações dirigidas aos trabalhadores -isto é, aos homens - mencionavam raras vezes a sífilis ou outras doenças contagiosas, enquanto as revistas femininas citavam continuamente a ameaça de uma infecção venérea. A primeira edição do *SESI-Higiene*, por exemplo, incluiu dois artigos sobre o tema, um dos quais informava suas leitoras de que seria possível contrair sífilis mediante um simples beijo<sup>35</sup>.

Uma vez que para o SESI a doença venérea era um importante problema social da mulher, não é de surpreender que uma grande parte do material do curso sobre "preparação para o casamento" se ocupasse das provas de detecção e prevenção da sífilis. Os instrutores aconselhavam as futuras noivas para que elegessem cuidadosamente seus maridos, prestando especial atenção ao estado físico do futuro companheiro. O exame pré-nupcial era obrigatório, mas também era preciso estar constantemente atenta para detectar os sinais da doença. Colocava-se ainda muita ênfase no seu impacto sobre a futura descendência; a literatura do SESI informava suas estudantes acerca do grande número de recém-nascidos mortos por causa da sífilis, sustentando que as pequenas vítimas haviam sido

---

<sup>34</sup> SIMONSEN, Roberto (1934): *Ordem econômica, padrão de vida*. São Paulo, p. 28; *Relatório do SESI* (1953). São Paulo.

<sup>35</sup> *SESI-Higiene*, maio 1950, pp. 2-3.

"assassinadas" por seus pais. Para ilustrar ainda mais esse ponto, *SESI-Higiene* dedicou um número especial à hipotética história de Lili e Maricota. Lili se casa com o primeiro que encontra, não realiza o exame pré-nupcial, adoece com sífilis, tem um só filho, que morre ainda muito pequeno; termina doente, abandonada e sem filhos. Maricota, pelo contrário, busca pacientemente o homem adequado, realiza o exame pré-nupcial, convertendo-se em uma perfeita esposa e mãe - como se verificava na ilustração adjunta, em que aparecia com um recém-nascido nos braços e rodeada por outras seis crianças. Parece que ninguém no SESI viu ironia alguma na idílica imagem de uma mãe operária com sete crianças pequenas, situação que seguramente acarretaria extrema pobreza à sua família<sup>36</sup>.

A sífilis não era a única doença contagiosa encontrada nos cursos sobre "artes domésticas". A tuberculose, doença difundida por condições precárias de vida e uma verdadeira peste para a classe operária paulista, era objeto de uma preocupação semelhante. Durante seus primeiros dez anos, o SESI examinou mais de um milhão de operários industriais e seus familiares para detectar tuberculose, mantendo também centros de treinamento e um sanatório. Entretanto, a literatura prestou menos atenção à essa doença do que à sífilis, talvez porque o contágio da tuberculose não poderia ser tão facilmente atribuído a uma falha moral. O SESI parece ter tomado uma posição muito avançada na sua atitude diante das doenças que atacavam as vítimas "inocentes". A organização denunciou os preconceitos irracionais contra a lepra; *SESI-Higiene* informou acerca de uma mulher que, tendo contraído a doença, antes do seu casamento, recebeu tratamento e, uma vez curada, casou-se, foi feliz e teve filhos sadios<sup>37</sup>. Aparentemente, a obsessão do SESI relativa à sífilis decorria menos da incidência ou

---

<sup>36</sup> *SESI-Higiene*, maio 1954.

<sup>37</sup> *SESI-Higiene*, janeiro 1955, pp. 3-4.

severidade da doença e mais dos meios pelos quais esta seria transmitida.

Outra preocupação central, dos instrutores de artes domésticas do SESI e das publicações relacionadas com o tema, era afastar das mulheres as parteiras e os partos em casa, encaminhando-as aos médicos e hospitais. *SESI-Higiene* e *Dona de Casa* descreviam a parteira como "a inseparável amiga da Dona Ignorância" e a prescrição do médico como algo indiscutível, especialmente quando entrava em conflito com as práticas tradicionais daquela. Referindo-se às altas taxas de mortalidade infantil, *SESI-Higiene* citava causas amplamente reconhecidas, tais como a falta de atenção médica durante a gravidez e a primeira idade, mas, de modo típico, atribuía a culpa do problema aos pais: "É necessário que os pais compreendam que eles mesmos são os maiores responsáveis por essa elevada mortalidade."<sup>38</sup>.

Grande parte da literatura produzida pelo SESI nesse sentido refletia fortes tendências norte-americanas, reforçadas por freqüentes cursos realizados pelos "técnicos" do SESI nos Estados Unidos; mas, ao mesmo tempo, o SESI explicitava atitudes tradicionalmente brasileiras no que diz respeito ao tamanho da família ideal. Ao contrário dos assistentes sociais norte-americanos, que tendiam cada vez mais a considerar uma família numerosa como um importante fator no empobrecimento do lar, o pessoal e as publicações do SESI representavam uma família ideal com muitos filhos - sete, no caso da afortunada Maricota. Esta tendência pode ser atribuída, ao menos em parte, às estreitas relações do SESI com organizações católicas, as quais impediam toda referência explícita ao planejamento familiar. De fato, a única alusão ao tema, publicada durante os primeiros anos da década de 50, pode ser encontrada em um artigo intitulado "Crime e castigo", que denunciava abertamente um pretenso aumento do número de abortos. Sustentando que o

---

<sup>38</sup> *SESI-Higiene*, janeiro 1951, p. 4; novembro 1953, p. 1

alto custo de vida levava as mulheres a cometer "verdadeiros assassinatos", *SESI-Higiene* acusava de "tremendas barbaridades" os leigos praticantes de abortos, as parteiras e "inclusive médicos inescrupulosos que desonram o nobre título que detêm.". O artigo lembrava os seus leitores de que o "custo" do aborto, além do pecado de "matar um ser humano", incluía um considerável risco físico para a mulher. Um útero perfurado "produz inevitavelmente a morte"; além do mais, "a esterilidade e o câncer de útero têm suas origens, na maioria dos casos, nesses horríveis atos que, desgraçadamente, são tão comuns entre nós."<sup>39</sup>.

Outro "vício" habitualmente condenado nos cursos e nas publicações do SESI era o consumo de álcool; mesmo beber em reuniões sociais era considerado indesejável. Segundo *SESI-Higiene*, "o álcool destrói a felicidade do lar, provoca a degeneração da raça e perturba a tranquilidade social.". Ainda que a literatura do SESI considerasse o excesso de bebida como uma atividade predominantemente masculina, delegava à mulher a responsabilidade de perceber os sinais do vício no futuro marido, criando logo um ambiente doméstico que estimulasse uma vida sadia. Na sua única (e enviesada) referência à violência doméstica, *SESI-Higiene* citou as constantes manchetes de jornais sobre assassinatos e suicídios, cuja culpa atribuía às vítimas que "ignoravam a grave responsabilidade que é o casamento"<sup>40</sup>. Em resumo, cabia à mulher dar continuidade ao seu papel familiar pressuposto, a saber, dar à luz filhos saudios, criar um ambiente domiciliar saudável, impedir a difusão da sífilis e evitar as circunstâncias que conduziam ao vício e à violência. Não é estranho que o SESI repreendesse as mulheres que casavam somente para deixar de trabalhar, recordando-lhes que

---

<sup>39</sup> *SESI-Higiene*, julho 1953, p. 3.

<sup>40</sup> *SESI-Higiene*, maio 1953, p. 1.

"suas tarefas [depois de casadas, B.W.] seriam maiores e suas responsabilidades aumentariam em grande medida."<sup>41</sup>.

Poder-se-ia esperar que tão ostensivas prescrições relativas ao papel de esposa e mãe competentes desanimariam as mulheres da classe operária e limitariam suas inscrições nos cursos do SESI; porém, de fato, os centros continuaram sendo os mais populares de seus programas. Desde 1948, quando começaram a funcionar os cursos sobre "artes domésticas", até 1959, os centros outorgaram cerca de duzentos mil "certificados de aprovação" a mulheres paulistas e outros catorze mil a mulheres que completaram cursos por correspondência<sup>42</sup>. Cabe lembrar que muitas delas participavam de vários cursos, o que reduz o número total de indivíduos representados por tais cifras. Todavia, as estatísticas provavelmente subestimam o impacto dos centros, já que não incluem as mulheres que freqüentaram vários cursos, mas não conseguiram completar nenhum deles, nem os parentes que participavam das atividades dos centros e as cinquenta e uma mil graduadas nos cursos de costura.

Podemos apenas fazer uma estimativa teórica do atrativo desses cursos, já que uma ou outra observação esporádica ou carta citada pelo SESI não chegam a constituir nem sequer uma amostra casual das opiniões dos estudantes. Por exemplo, os cursos de costura eram apresentados como veículos para a educação social e para a redução dos gastos domésticos, mas é evidente que muitas mulheres se inscreviam neles por outras razões. Virtualmente, todos os comentários feitos por ex-alunas sobre esses cursos mencionam a importância de adquirir um conhecimento que lhes permitiria um ganho suplementar com relação ao salário dos seus maridos. O SESI pode ter negado que esses cursos fossem "profissionais", mas as mulheres neles inscritas sustentavam o contrário. Contudo, a mesma explicação

---

<sup>41</sup> *SESI-Higiene*, outubro 1951, p. 1.

<sup>42</sup> *Relatório do SESI* (1959). São Paulo.

não é aplicada à maioria dos outros cursos. Excetuando o nível mais adiantado, os cursos de culinária eram demasiadamente rudimentares para proporcionar um meio de ganhar dinheiro e os demais cursos eram somente relevantes dentro da esfera doméstica, isto é, do trabalho não-remunerado<sup>43</sup>.

Por que, então, afluíam milhares de mulheres a esses cursos sobre culinária, puericultura e outras "artes domésticas" ? Talvez o centro as atraísse como ambiente exclusivo para mulheres, onde podiam reunir-se com outras da sua mesma classe e conversar sobre problemas genuinamente relevantes para a vida cotidiana. Além disso, que outra instituição oferecia às mulheres urbanas da classe operária um lugar de reunião ou algo semelhante ? Com certeza, não os sindicatos, predominantemente masculinos, nem a igreja, presidida pelo padre, nem o café do bairro, tipicamente masculino. Assim, ainda que o enfoque do SESI possa parecer, em uma observação retrospectiva, predominantemente moralista e quase sempre distanciado da realidade, ele se ocupava, de fato, dos assuntos centrais da vida de quase todas as mulheres - limpeza, compras, culinária, criação das crianças -, valorizando-os como grandes responsabilidades que mereciam uma cuidadosa consideração. Em uma sociedade que praticamente ignorava o trabalho não-remunerado da mulher, a meticulosa atenção do SESI para com essas atividades, qualquer que fosse seu embasamento ideológico, proporcionava provavelmente um contraste cheio de vida.

É também provável que o SESI estivesse certo ao supor que a maioria das mulheres da classe operária desejavam o papel de esposa e mãe. Em uma sociedade na qual a operária industrial era rigidamente considerada como operária não-qualificada, com escassas oportunidades de educação vocacional, evolução profissional ou participação ativa no seu sindicato, poucas

---

<sup>43</sup> Os cursos sobre culinária podem ter tido utilidade profissional para mulheres empregadas no serviço doméstico, mas certamente os cursos não tinham esse objetivo. Sobre a relativa exclusão dos afro-brasileiros das ocupações industriais e sua concentração no serviço doméstico: ANDREWS, George Reid (1991): *Blacks and Whites in São Paulo, Brasil, 1888-1988*. Madison, Wisconsin, pp. 79-80, 101.



mulheres podiam considerar o emprego nas indústrias como uma alternativa desejável para toda a vida<sup>44</sup>. Um estudo do SENAI sobre a família dos estudantes, ainda que não necessariamente baseado nos "típicos" lares operários, revelou que as mães dos estudantes contribuíram com 4% do total dos ganhos familiares ou até menos<sup>45</sup>. Além disso, é patente que as mulheres empregadas nas fábricas quase sempre cumpriam um "duplo turno", já que realizavam nas suas casas exatamente as mesmas tarefas que efetuavam as que não trabalhavam fora. Ainda que suas atividades lhes deixassem pouco tempo para os cursos do SESI, tais mulheres poderiam ter tido certo interesse pelas ofertas de cursos e poderiam ter pretendido participar dos mesmos. Novamente, o SESI despreendeu muitos esforços para dar às suas alunas uma sensação de realização pessoal e de importância, como por exemplo no ato de entrega dos certificados de estudo, além de um sentimento de gratidão por parte dos patrocinadores da organização. Em tais cerimônias, o destacado papel da "primeira dama" da FIESP, Anita Devisate, e a presença de políticos e eclesiásticos, ilustravam evidentemente o provérbio *noblesse oblige*, mas sua participação acentuava a solenidade da ocasião, a qual constituía sem dúvida uma experiência excepcional para as jovens e mulheres acostumadas a verem seus (consideráveis) esforços domésticos passarem despercebidos<sup>46</sup>. De modo semelhante, os diversos eventos festivos promovidos pelo SESI lhes oferecia uma rara oportunidade de vestir roupas formais - quase sempre confeccionadas nos cursos do SESI - e desfrutar de um estilo de vida que normalmente lhes era inacessível. Enquanto o homem

---

<sup>44</sup> Muitos sindicatos consideravam prioritária a esfera doméstica para as mulheres, preenchendo a "página feminina" dos seus periódicos com conselhos domésticos provenientes do SESI. Confira, por exemplo, *O Trabalhador Gráfico* (São Paulo), março 1960, p. 6. Este caso é particularmente notável, dado que, em todos os outros temas, o sindicato dos gráficos mantinha uma posição muito crítica diante dos programas e projetos do SESI.

<sup>45</sup> SENAI-SÃO PAULO (1952). *Evasão escolar*. Vol. III, pp. 7-9.

<sup>46</sup> Por exemplo, o intendente de Santo André, um dos subúrbios mais antigos e grandes da capital, foi paraninfo numa formatura de graduados dos cursos de costura: *SESI-Jornal*, 30/04/1951.

da classe operária tinha acesso à cultura do trabalho industrial e às imagens acessíveis de masculinidade - cuja ênfase recaía na força, habilidade e na capacidade de ganhar dinheiro -, a mulher era constantemente bombardeada com imagens de feminilidade e sexualidade que estavam além do alcance de uma dona de casa economicamente cerceada e oprimida pelo trabalho. O SESI aproveitou tal oportunidade para reforçar esse aspecto nos seus programas para mulheres. Sua celebração de gala do Ano Novo incluía a coroação da "Rainha dos Trabalhadores"; seu baile de primavera culminava com a eleição da "Rainha da Primavera" e a apresentação de *brotinhos* ou adolescentes da classe operária. Aparentemente, essas atividades possuíam grande atrativo entre as mulheres dessa classe<sup>47</sup>.

À sua maneira, o SESI prestava homenagem aos seus futuros ou atuais papéis de esposas e mães, ao mesmo tempo em que diminuía ou desprezava seu estatuto de classe, ignorando totalmente a idéia segundo a qual elas também poderiam ter sido operárias. O objetivo da dona de casa era cultivar uma aparência elegante, continuar a desempenhar o seu papel pressuposto, a saber, decorar a casa e organizar a esfera doméstica de modo a aproximá-la o máximo possível do lar ideal de classe média - objetivos que seguramente causavam frustrações em muitas das que saíam dos centros. Um artigo que ensinava a encerar os pisos uma vez por semana deve ter parecido pelo menos irônico para muitas mulheres que viviam em construções improvisadas. Contudo, o pessoal do SESI se alegrava com as transformações visíveis operadas pelos CAD. Como disse uma educadora social: "Vejam como essas jovens damas, com poucas exceções, adquiriram desenvoltura e levantam orgulhosamente a cabeça. *Nem sequer parecem mulheres trabalhadoras.*"<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> *SESI-Jornal*, 31/01/1949, p. 1.

<sup>48</sup> *SESI-Jornal*, 31/05/1951; grifos meus.

Na medida em que é possível discernir um tema comum a essas muito diferentes áreas de educação, instrução prática e serviços para mulheres, creio que podemos observar uma contínua ênfase na transformação das mulheres da classe operária em modelos de respeitabilidade burguesa. É quase como se o objetivo fosse converter "mulher trabalhadora" e também "mulher de classe operária" em uma *contradictio in adjecto*. Assim, uma mulher poderia acidentalmente pertencer à classe operária em virtude do emprego do seu marido e dos seus limitados recursos, mas suas atitudes, valores e aspirações não deveriam nunca refletir aqueles que o SESI tradicionalmente associava com tal classe. Novamente, os homens poderiam se sustentar nas longas tradições de qualificação, organização, força viril e capacidade de ganhar dinheiro, para buscar uma identidade operária viável (isto é, viável tanto entre si mesmos quanto dentro do contexto social mais amplo). Mas, em que tradições poderiam se basear suas mulheres? Em um trabalho desprezado como "não-qualificado" e parcamente remunerado? Existiam, certamente, mulheres da classe operária indóceis, não convencionais, insolentes e subversivas, mas tais condutas provocavam críticas tanto dos empregadores e reformadores de classe média como também, constantemente, dos seus próprios maridos, pais e irmãos.

A maior parte dos historiadores, que têm estudado os movimentos operários na América Latina e em outras regiões, avaliaram de maneira positiva os operários dotados de forte consciência de classe, embora desaprovassem e implicitamente se mostrassem desiludidos diante daqueles que careciam de identidades operárias bem definidas. Conseqüentemente, não é de surpreender que a maioria dos historiadores dos movimentos femininos tenha procurado demonstrar que as mulheres tomavam parte nas atividades sindicais militantes, ou que exibiam suas próprias variantes de consciência de classe, baseadas nas

experiências femininas<sup>49</sup>. Tendo a crer que, pelo menos no caso de São Paulo, as identidades masculina e feminina se relacionavam, cada qual à sua maneira, com as identidades de classe. Assim, enquanto as imagens de uma conduta masculina aceitável ou desejável reforçavam a identidade do operário, as da mulher faziam exatamente o contrário. A "mulher trabalhadora" era uma criatura patética e mal remunerada que minava o poder de ganho dos homens e estava condenada à monótona rotina de trabalho; uma jovem poderia aceitar tal situação como um breve hiato na sua escalada rumo ao casamento e à família, mas qual mulher adulta escolheria de bom grado tal destino? Além disso, uma vez fora da fábrica, como a sociedade avaliava o êxito dessa dona de casa? Sem dúvida, os modelos de êxito doméstico (e de aparência pessoal adequada) refletiam tipicamente um ideal de classe média, segundo o qual um lar asseado, confortável e ordenado é conduzido por uma esposa e mãe competente e vestida conforme a moda.

Conseqüentemente, tendo a considerar que essa mulher possuía uma identidade de classe relativamente frágil, diminuída ainda mais por uma coleção de programas desenvolvidos por aqueles que consideravam-na uma espécie de ponte entre a classe operária e a classe média. A mulher que aprendia um ofício na Escola Feminina se convertia em proprietária ou empregada de um pequeno negócio no qual as identidades profissionais não poderiam se adequar aos clássicos padrões proletários. Além do mais, a partir dos anos trinta, ocorreu uma crescente pressão sobre as mulheres da classe operária para que se reconhecessem acima de tudo como futuras donas de casa e mães. Na esfera doméstica, sua maior possibilidade de êxito e de realização pessoal dependiam da capacidade de seguirem as orientações da respeitabilidade burguesa. Fossem trabalhadoras não-qualificadas

---

<sup>49</sup> A posição mais vigorosa em favor da militância operária feminina pode ser encontrada em Wolfe (*op. cit.*), inclusive quando procura demonstrar que as mulheres foram a "vanguarda" do movimento sindical.

ou donas de casa, as identidades de gênero das mulheres conferiam ao seu *Status* "operário" um significado muito diferente daquele alcançado pelos homens. Uma classe social pode abarcar tanto homens quanto mulheres, mas provavelmente não da mesma maneira.

---

**WOMEN WORKERS IN SÃO PAULO:  
from unskilled labourers to housewives**

**Abstract**

Based on the study of politics and ideologies - developed by employers, educators and social assistants in São Paulo between 1910-1950 - This paper intends to recover the construction of the women worker's identity opposed to the ideal role of housewife.